



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 713/93

Estabelece a proteção do patrimônio cultural e natural de Lajinha-MG, atendendo ao disposto no artigo 216 da Constituição Federal, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Cultural e Natural de Lajinha e dá outras providências.

O Povo do Município de Lajinha, por seus representantes Decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal, os bens culturais e naturais, de propriedade pública ou particular, existentes no município, que, dotados de valor estético, ético, filosófico ou científico, justifiquem o interesse público na sua preservação.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Conselho Municipal de Patrimônio cultural e Natural de Lajinha-MG., órgão de assessoria à Prefeitura Municipal, com atribuições específicas de zelar pela preservação do Patrimônio Cultural e Natural do Município.

Art. 3º - a Prefeitura terá um Livro de Tombo, para inscrição dos bens a que se refere o Artigo 1º, cujo tombamento será homologado por decreto, após proposta do Conselho Consultivo.

Art. 4º - As coisas tombadas não poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem sem previa e expressa autorização especial da Prefeitura Municipal, serem reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena da multa de 50%(cinquenta por cento) do valor da obra.

Art. 5º - sem prévia autorização da Prefeitura Municipal, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada fazer edificação que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes sob pena da multa de 50%(cinquenta por cento) do valor do mesmo objeto.

Art. 6º - As penas previstas nos artigos 4º e 5º, serão aplicados pela



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Prefeitura, sem prejuízo da ação penal competente.

Art. 7º - Os bens compreendidos na proteção da presente lei ficam isentos de Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto o proprietário zelar pela sua conservação.

§ Único - O benefício da isenção será renovado anualmente mediante requerimento do interessado.

Art. 8º - a alienação onerosa de bens tombados, na forma da lei, fica sujeita ao direito de preferência, a ser exercido pela Prefeitura Municipal, Na conformidade das disposições específicas do Decreto-Lei Federal nº 25, de novembro de 1937, sobre o mesmo direito.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lajinha, estado de Minas Gerais aos quinze dias do mês de dezembro do ano de mil Novecentos e noventa e três (15/12/1993).

Paulo Cezar Hastenreiter Portes
Presidente